

BAIRRO SANTA MARIA EM ARACAJU: TERRITÓRIO DO MEDO E DA SEGREGAÇÃO

SILVA, Antônio Carlos Oliveira
carlospm@bol.com.br

SANTOS, Alessandro de Santana
asanto-geo@yahoo.com.br

VIEIRA, Lício Valério Lima (Orientador)
Graduado em Geografia, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS – e
professor do curso de Geografia: Licenciatura da Universidade Tiradentes –
UNIT.
liciovalério@gmail.com

RESUMO

A ocupação no bairro Santa Maria, em Aracaju, deu-se de forma desordenada. Primeiro pela forte ocupação estimulada pelos programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo do Estado e pelo desfavelamento feito pela Prefeitura Municipal de Aracaju também. Houve ainda migração de pessoas em busca da casa própria. Hoje, o bairro passa por graves problemas de infra-estrutura, aliados às questões sócio-econômicas, que agravam as condições de moradia de toda a população. Esta situação intensifica as tensões sociais, contribuindo para o aumento da violência e segregação sócio-territorial. O objetivo deste trabalho foi analisar os aspectos indicadores desta segregação e seus reflexos na violência no bairro Santa Maria. O referente artigo foi desenvolvido através de estudos bibliográficos e documentais, além de uma pesquisa de campo que forneceu dados relevantes. O resultado

demonstra, de acordo com os entrevistados, o descaso dos governantes sergipanos com relação à população segregada.

PALAVRAS-CHAVE: Produção das cidades. Segregação sócio-territorial. Violência urbana.

1 INTRODUÇÃO

Os geógrafos vêem diferenciações gritantes impostas à paisagem pelo processo de produção espacial, determinada pelas necessidades de ampliação do capital no espaço urbano.

Essa produção espacial é a expressão das contradições da sociedade marcadas na paisagem pelas diferenças de classes sociais (pobreza e riqueza). Neste sentido, as diferenças de classes sociais contribuem para a segregação territorial, decorrente do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, cuja natureza está relacionada ao modo de exploração do trabalho pelo capital. Assim, o homem investido do poder público conduz cada vez mais o espaço urbano para a produção capitalista, através de infra-estrutura, da escolha dos melhores locais e de todo o aparato necessário para instalações de fábricas e indústrias nas diversas estratégias que refletem na reprodução e acumulação do capital.

Nesse contexto, o mundo dos homens passa a ser o mundo das coisas, das mercadorias, enfrentando uma verdadeira inversão de valores. O capitalismo consegue transformar o ser humano através do ser pelo ter. Tal visão traz grandes conseqüências, como desigualdade social, concentração populacional desordenada, segregação sócio-territorial, aumento da violência, desaparecimento de postos de trabalho, entre outros.

O bairro Santa Maria, localizado na cidade de Aracaju, não foge a essa realidade. Nele, o problema ganha destaque pela sua alta concentração populacional de baixa renda, alto índice de desemprego e falta de infra-estrutura em geral. Ainda conta com o processo de

assentamento realizado pelos governantes, que retiram pessoas de outras localidades e as concentram naquele logradouro. Essa problemática está atrelada à falta de um planejamento urbano e a uma crescente desigualdade social. A falta de planejamento acarreta várias conseqüências para a sociedade e também para o espaço urbano.

A partir dessa realidade, foi investigado o seguinte problema: a segregação sócio-econômica contribuiu para a violência no bairro Santa Maria? Diante desse questionamento, num âmbito geral, o estudo se propõe a avaliar os indicadores de segregação sócio-territorial. Como objetivos específicos, pretende analisar a ocupação do solo, fazer um perfil dos moradores do bairro, do sistema de segurança e um mapeamento das principais áreas que apresentam elevados índices de violência, além de identificar os principais tipos de violência no Santa Maria.

A proposta dar-se-á através de um estudo bibliográfico e documental em jornais, boletins de ocorrências e estatísticas sobre a violência, buscando, assim, um melhor levantamento das fontes relativas à segregação e à violência urbana.

Na perspectiva de qualificar e quantificar as informações, foi realizado um trabalho de campo, através de aplicações de formulários com perguntas abertas e fechadas, a partir de uma amostragem aleatória simples a 125 moradores (homens e mulheres) com idade entre 18 e 60 anos. O bairro foi dividido em cinco zoneamentos: Padre Pedro, Valadares, Marivan, Prainha e Ponta da Asa. Vinte e cinco questionários foram distribuídos para cada zona. De forma qualitativa e quantitativa, foram analisados elementos representativos como tabelas e gráficos.

Na seqüência deste artigo, estão recorte teórico e apresentação e análise dos dados, seguido pelas considerações finais.

2 CAPITALISMO: DEFINIDOR DO ESPAÇO GEOGRÁFICO URBANO

Para compreender o espaço urbano, é preciso entender as diferenças sócio-econômicas. Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o poder aquisitivo é o principal definidor do espaço, o que não quer dizer que, indireta ou mediatamente, outros fatores não estejam entrelaçados historicamente (SOUZA, 2005).

A diferença econômica que se reflete no espaço urbano, de poder e de prestígio, é reflexo de uma sociedade capitalista, a qual tem haver com a posição que ele ocupa no mundo da produção. No entanto, essa diferença econômica e a posição social são determinantes para definir a divisão de classes no espaço da cidade, e estão relacionados ao fenômeno da segregação territorial, que acompanha a história da urbanização e está relacionada à separação de determinados grupos, que, devido à sua condição econômica, étnica ou ainda outro fator, são forçados a viverem em certas áreas, que têm pouca importância e valor imobiliário, menos dotadas de infra-estrutura e que estão esquecidas pelo poder público. Para Souza (2005, p.68),

O moderno capitalismo, inicialmente na Europa, depois em outras partes do mundo, irá, todavia, acarretar uma mudança de magnitude (e de escala) no padrão de segregação. Considere-se uma cidade européia medieval: nela, a separação espacial entre ricos e pobres, ou entre segmentos sociais como status diversos, era, ainda, pouco complexa, em comparação com uma grande cidade capitalista industrial do século XIX na própria Europa, ou em uma grande cidade no “Terceiro Mundo” atual.

No Brasil, a segregação afeta uma grande parcela da população que mora em favelas ou em loteamentos de periferias, marcados fortemente pelos baixos salários, sem direito à educação de qualidade e discriminados socialmente. É o que se pode observar, muitas vezes, quando essa parcela é desprezada por moradores de bairros privilegiados. Por

outro lado, pode existir a segregação induzida, quando o indivíduo é obrigado a migrar para outro logradouro urbano por diversas razões, como falta de moradia ou de emprego. Além disso, é possível encontrar neste espaço urbano uma auto-segregação, ou seja, quando as pessoas fazem a opção de se afastar.

Não se deve afirmar, no entanto, que a segregação é formada por pessoas excluídas. Neste aspecto, a exclusão só existe quando os pobres são excluídos da economia, política e cultura de um sistema. Contudo, vale ressaltar que:

Não é correto expressar-se genericamente, pois corre-se o risco de esquecer que a maioria dos pobres urbanos está integrada, sim, econômica e mesmo política e culturalmente, no sistema, enquanto trabalhadores explorados, consumidores de baixo poder aquisitivo e eleitores, muitas vezes até como eleitores de políticos conservadores... Até mesmo os que encontram ocupação no setor informal estão, de alguma forma, aqui e ali, integrados no interior do sistema econômico, a despeito da precariedade de suas condições de vida. Nem mesmo traficantes de drogas de varejo baseados em favelas deixam, em última instância, de estar vinculados a um sistema que a arma e financia (SOUZA, 2005, p. 69).

No entanto, a segregação concentra vários problemas urbanos e conflitos sociais. Através da forma de ocupação, pode-se observar a degradação ambiental, que ocasiona outros problemas, como desmoronamento e deslizamento em encostas, enchentes, poluição atmosférica e, conseqüentemente, aumento de doenças.

Um outro problema está vinculado ao sistema de transporte público, cujo custo é elevado, os veículos são desconfortáveis e antiecológicos, além de prejudicar os usuários com constantes atrasos. Todos esses fatores estão relacionados à falta de planejamento urbano, que prejudica principalmente a população de baixa renda.

Essa problemática intensifica-se a cada dia e torna-se mais complexa no espaço urbano. Em alguns casos, cria áreas segregadas, gerando violência urbana. Souza (2005, p.89) ainda destaca que em:

Favelas e outros espaços residenciais segregados vão, como no Rio de Janeiro (e, em grau um pouco menor, em São Paulo, e em grau muito menor em várias outras cidades brasileiras), sendo controlados (ou, como se diz tecnicamente, “territorializados”) por quadrilhas de traficantes de drogas, que intimidam (“lei do silêncio”), impõem regras de uso de espaço (“toque de recolher”, proibição de crimes comuns como roubos e estupros) e punem severamente os que transgridem essas regras.

2.1 TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM IMPOSTA PELA VIOLÊNCIA

Inicialmente, faz-se necessário definir o que é violência. Essa problemática significa infringir, transgredir sua integridade física, como também violar suas propriedades, residências, carros, entre outros.

Segundo Odália (2004, p. 19), a violência teve origem na formação do mundo. Tal afirmação consta no estudo da Bíblia. No documento, a autora discute vários tipos de violência: física, sutil, do estupro ao fratricídio, do crime passional ao político. A primeira violência que ocorreu no mundo foi à expulsão de Adão e Eva do Paraíso. A punição sofrida pelo homem ocorreu devido a uma infração: Adão e Eva comeram o fruto proibido da árvore da ciência do bem e do mal e foram castigados. Sendo assim:

Ele se origina, evidentemente, da infringência de uma norma fixada arbitrariamente, cuja existência apenas se justifica pela presença de uma vontade unilateral, que se manifesta dando ou tirando, segundo suas próprias diretrizes. Uma vez estabelecida, a norma parece ganhar sua própria legitimidade e se impõe naturalmente, de maneira que fica aberto o caminho para punição toda vez que ela é transgredida (ODÁLIA, 2004, p. 20).

Nesse contexto, o homem perde sua inocência, passa a ser capaz de reconhecer o bem e o mal. Os fatos são conseqüências da transgressão. Portanto,

O mal não existia para o homem, nem mesmo como possibilidade, pois não podia imaginar a sua existência. Ao infringir a norma, que somente lhe dizia que não devia comer o fruto da árvore proibida, o homem caracteriza o mal que desconhecia e é duplamente punido (ODÁLIA, 2004, p. 20).

O exemplo bíblico nem sempre mostra que a violência se apresenta como um ato, uma relação ou fato facilmente identificável,

Ou seja, o ato violento se insinua freqüentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas (ODÁLIA, 2004, p. 22).

Mas, dentro desse ato violento que não traz nenhuma identificação, encontram-se algumas violências testemunhadas pelo ser humano: agressão física, homicídios, a guerra entre os povos, como a mais violenta de todas. A violência ideológica (matar em defesa da honra) nem sempre é considerada violência. Esse fato depende das razões, costumes, tradições que encobrem certas práticas violentas.

Com o aumento da violência no mundo e suas regras impostas no espaço urbano, observam-se, nitidamente, vários dispositivos de segurança funcionando como 'bolhas de proteção', representadas pelos muros altos, casas gradeadas, cercas elétricas. Portanto, muda-se a paisagem do espaço urbano. Souza (2005, p. 120) destaca as conseqüências dessa violência:

Nos bairros sofisticados e elegantes, a arquitetura a ela se adapta e o desenho arquitetural busca a se adaptar às novas condições de vida familiar. Vinte ou trinta anos atrás o arquiteto buscava conquistar os espaços exteriores, os jardins se abriam acompanhando o movimento e o ritmo das rosas e margaridas que captam o espaço externo, mostrando-se. O espaço visual era ampliado, pois as residências eram projetadas para fora e funcionavam como absorvedoras de espaço.

No outro lado, nos bairros segregados, residem pessoas de baixa renda que são obrigadas a conviver com a realidade da violência, sentindo na própria pele o sofrimento e também reproduzindo os atos violentos.

O viver em sociedade foi sempre um viver violento. Desse modo, os nossos ancestrais, os hominídeos, para sua sobrevivência, construíram vários artefatos de defesa e ataque. Neste sentido, é relevante afirmar que:

Embora seja verdade que posso ver aí um dos traços obsessivos de nossa época, a violência, não se pode deixar de reconhecer que uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais (ODÁLIA, 2004, p. 14).

Ao analisar a violência no seu início histórico, percebe-se uma violência exercida simplesmente como defesa para a sobrevivência. Já na sociedade complexa é diferenciada, ganha contorno diferente, perdendo sua forma natural de defesa, para organizar sua vida em comum com outros homens. Buscando o processo civilizatório e a resposta das coisas desconhecidas, violência se responde com violência. Desta forma, Odália (2004, p. 14-15) ressalta que não é só a violência física que insinua o viver em sociedade e que aprova o homem. Outros temores, outros medos, assaltam-no e acabam também por moldar seu estilo de vida.

Odália (2004) retrata que, na Idade Média, relata-se que os homens medievais não sofriam apenas violência física quando se opunham à sua religião. Ao cometerem crimes comuns, também sofriam punições terríveis, tais como: mãos decepadas, enforcamentos, sempre castigos em público, que serviam como exemplos para que a infração não fosse imitada por outros. Havia também a violência psicológica, pois os infratores tinham medo do escuro e logo após o trabalho recolhiam-se às suas residências.

Na violência institucionalizada, a autora destaca a desigualdade social, mostrando a relação riqueza-pobreza como se fosse uma condição natural e necessária no modo de ser da sociedade humana. Infelizmente, a sociedade capitalista determina pobreza e miséria, infelicidade e tristeza, desamparo e promiscuidade à maior parte da humanidade. A minoria, sendo o oposto, determina a riqueza, a felicidade e a privacidade. Neste contexto, criou-se uma sociedade em que:

O pouco e o muito são pensados como extremos de uma situação irreversível, contra a qual a ação do homem é importante, não podendo revertê-la nem modificá-la. Os muitos-pouco e os poucos-muito aparecem como condições naturais e necessárias para a existência de uma sociedade de homens (ODÁLIA, 2004, p. 26).

No entanto, segundo Velho e Alvito (2000), as disparidades sociais não são os únicos fatores que determinam a violência. Aliadas às desigualdades sociais, vêm à falta de acesso à cultura e à educação, que podam a possibilidade de que essa parcela da população desenvolva a consciência dos valores éticos, uma vez que:

Uma das variáveis fundamentais para se compreender a crescente *violência* da sociedade brasileira é não apenas a desigualdade social, mas o fato de esta ser acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais (p.16).

No sistema capitalista fica impossível buscar o equilíbrio social na humanidade, porque o capitalismo só visa ao lucro, estimulando, assim, a competitividade e as diferenças individuais. Ele anularia todos os esforços do homem na sua tarefa de se organizar socialmente. É impossível fugir dessa realidade, pois riqueza e miséria são consumidas através dos jornais, do cinema, da televisão em doses maciças. Para tanto, a sociedade precisa buscar a igualdade social através da redistribuição e reciprocidade, ou seja:

Ser rico não significa avareza, nem a cobiça; não significa reter, mas, ao contrário, distribuir. Ser rico é sinônimo de doação, doa-se para receber, em contrapartida, o respeito e a consideração dos que receberam (ODÁLIA, 2004, p. 29).

A desigualdade social nunca será superada. O máximo que se pode conseguir é um paliativo, uma maquiagem para tentar mudar sua face, mas não conseguirá mudar sua nobreza, a qual institucionaliza a violência.

A desigualdade enquanto violência só pode ser compreendida através das estruturas sociais. Por sua vez, a sociedade tenta reproduzi-la como um fenômeno aparentemente natural para a humanidade. Essa postura mostra que:

A violência da desigualdade existe não porque o homem assim o quis, nem existe por ser uma decorrência natural do viver em sociedade. Ela aparece em condições históricas específicas e se perpetua é porque essas condições também se perpetuam, mesmo que se modifiquem as suas maneiras de aparecer (ODÁLIA, 2004, p. 32).

Historicamente, o combate à violência sempre foi feito de maneira repressora. Até hoje, os governantes brasileiros se preocupam apenas em solucionar as crises de falta de segurança no momento em que elas ocorrem. Fazem isso de forma brutal, ao permitirem que os agentes repressores – os policiais – se utilizem também da violência como forma de coibição.

A crise e quebra de valores comuns evidenciam-se pelas descrições e relatos de extrema violência e crueldade em várias situações como seqüestros e guerra entre quadrilhas. Por outro lado, a repressão dos órgãos de segurança constantemente, manifesta-se de modo truculento e arbitrário, agravando ainda mais a situação de um modo generalizado (VELHO e ALVITO, 2000, p. 22).

Os governantes esquecem-se de que esse combate poderia ser feito de maneira mais sutil, à medida que as diferenças sociais, como desemprego, falta de moradia e escolaridade para todos, fossem amenizadas. O fato é que não existe uma política pública

social que tente resolver o problema da violência antes que ele surja. Portanto, para o homem amenizar essa desigualdade social, é preciso ser solidário com as pessoas que sofrem com essa desigualdade imposta por um sistema desumano, que não visa ao bem-estar social, mas ao lucro.

Sendo assim, toda violência de origem social reserva ainda outros atos violentos, como a violência no trânsito que mata cada vez mais. Um outro aspecto não negligenciável da violência social é a poluição ambiental, que atinge praticamente toda população. No entanto, a sociedade é obrigada a suportar mais uma oposição do sistema capitalista de produção (ODÁLIA, 2004).

Ainda assim, observa-se a violência contra o menor abandonado, que sofre desprezo absoluto dos governantes brasileiros, cuja prioridade é o desenvolvimento econômico, limitando-se a tomar medidas paliativas, mas repressivas, como a Febem – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – e os estabelecimentos carcerários. Nesta perspectiva, o homem precisa assumir posturas que viabilizem possíveis soluções. Para tanto, observa-se:

Que a solução passaria, entre outros caminhos, por uma melhor distribuição de renda, por um investimento maciço na educação, em tempo integral em ter imaginação, honestidade e critério, na locação de recursos. Porém, isso significaria desviar verbas e recursos do que é considerada prioridade – desenvolvimento econômico, a qualquer preço, a custa de gerações de brasileiros (ODÁLIA, 2004, p. 40).

A violência se manifesta ainda na política, no terrorismo, na manipulação política, deixando as pessoas alienadas, nos meios de comunicação que determinam o cotidiano da vida humana, criando intimidades, isolamento, domínio sobre as vontades das pessoas e tornando-as consumidoras passivas. Essas violências implicam num posicionamento positivo ou negativo (ODÁLIA, 2004).

A violência política transformou-se em um monstro de mil faces. Cada uma delas mais criminosa do que a outra. Todos esses fatos provocam indignidade e revolta

populacional. Contudo, surge a violência revolucionária como consequência desses fatos. A população busca seus direitos políticos, sociais e econômicos.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Convém ressaltar que os problemas urbanos até agora discutidos são consequências dos grandes centros urbanos. À primeira vista, isso parece fazer muito sentido, afinal há uma maior probabilidade de atos violentos nas grandes cidades, por possuírem mais habitantes, mais automóveis e, conseqüentemente, mais vítimas de assaltos. Além disso, são mais poluídas, mais violentas e mais inseguras.

Mas essa tese cai por terra quando se observam as megalópoles do mundo. Londres, na Inglaterra, comparada a Recife, em Pernambuco, por exemplo, deveria ter quatro vezes mais problemas urbanos, devido à sua população ser superior à capital pernambucana, mas não os tem. Outra tese bem conhecida é atribuir à pobreza a explicação para a criminalidade. Se assim o fosse como regra, Calcutá, na Índia, deveria ser a cidade mais violenta do mundo por causa do seu elevado índice de pobreza. Diante desses exemplos, nota-se que, na verdade, no Brasil, faltam ações governamentais eficazes a fim de solucionar o problema da violência. Dentre as possibilidades, o planejamento urbano poderia ser uma forma de organizar os espaços. Para tanto, é necessária uma reforma urbana. Porém, não é a reforma que visa à remodelação do espaço físico (SOUZA, 2005).

No entanto, deveria haver uma reforma social estrutural, tendo como objetivo uma melhor qualidade de vida da população, principalmente de sua parcela mais pobre. Dessa maneira, seria possível equilibrar a justiça social.

Os objetivos mais relevantes para uma verdadeira reforma urbana seriam a coibição da especulação imobiliária, que eleva demais os preços de terrenos em áreas de

expansão; a redução do nível de disparidade socioeconômico-espacial, o que conseqüentemente, diminuiria o nível de segregação residencial; o planejamento e a gestão do espaço urbano.

Para Souza (2005), outros dois objetivos são de suma importância para organização do espaço urbano: a segurança pública para as populações residentes em espaços carentes, como favelas e loteamentos periféricos, e a geração de emprego e renda para os pobres urbanos.

A desigualdade ocorre quando, na maioria das vezes, os governantes investem em áreas nobres e desprezam as áreas periféricas. A necessidade de uma regularização fundiária das áreas desprezadas pelos governantes, como favelas e loteamentos irregulares, promoverá, a médio ou longo prazo, uma espécie de igualdade social e uma redistribuição indireta de renda. Porque, para haver uma distribuição de renda direta, tem que existir uma reforma tributária profunda ou através de uma reforma agrária, que é meio de produção por excelência e interfere na sua renda. No entanto,

o solo urbano só é meio de produção para os capitalistas (industriais, comerciantes etc.), ao passo que, para a população urbana pobre, que é principal beneficiária em potencial da reforma urbana, o solo urbano é um suporte para sua vida (moradia, circulação, lazer), mas não é, ao menos para os trabalhadores assalariados que trabalham fora de casa para um patrão, um meio de produção (SOUZA, 2005, p. 114).

Nesse sentido, observa-se ainda no espaço urbano, como suporte econômico, ocupações informais desenvolvidas na própria moradia.

O aparelho do Estado tem um papel muito importante a cumprir, principalmente em países subdesenvolvidos, como o Brasil. Neste aspecto, vale ressaltar que:

No fundo, o capitalismo é um modo de produção ótimo para gerar riqueza, mas péssimo para distribuí-la com justiça e com atenção para a necessidade de proteção ambiental... Também seria pouco razoável imaginar que os grupos da sociedade civil, por si sós, e à revelia do Estado, conseguiriam,

no médio prazo, muita coisa: afinal, certas mudanças podem ser conseguidas (e outras tantas só podem ser conseguidas) com mudanças dos mercados legais e institucionais (SOUZA, 2005, p. 116).

Fazendo um levantamento da evolução histórica da reforma urbana no Brasil, observam-se algumas conquistas, principalmente na Constituição Federal. Mas muitos governantes fingem que não sabem ou não têm conhecimento da Carta Magna, deixando, assim, o espaço urbano sem organização e sem planejamento. Entretanto, as leis em seus artigos são muito claras e objetivas.

Para reduzir o nível de disparidade socioeconômico-espacial infra-urbana, é necessário utilizar instrumentos, como fundos de desenvolvimento urbano e zoneamentos de prioridades. Isso significa concentração de recursos, de procedências diversas, a exemplo do IPTU progressivo, que pune os proprietários de terrenos ociosos, através de uma taxa, com um propósito de não haver especulação imobiliária.

Um outro exemplo é o zoneamento de uso do solo, que significa dividir a cidade em zonas conforme o tipo de solo. Tal zoneamento faz prever ou aprovar a localização das indústrias, para que não fiquem localizadas em áreas residenciais. Assim, ocorre também no zoneamento de densidade, que procura ordenar o crescimento demográfico e construtivo de uma cidade, a fim de tentar evitar a segregação e suas conseqüências.

3 BAIRRO SANTA MARIA EM ARACAJU: TERRITÓRIO DO MEDO E DA SEGREGAÇÃO

O bairro Santa Maria está localizado a sudoeste do município de Aracaju, distante 7 quilômetros do Centro da cidade, e compreende uma área de 1.280,56 hectares, o que corresponde a 7% da capital sergipana, encontrando-se entre as coordenadas geográficas de latitude S-10°58'48'' e longitude W37°06'02''.

Os aspectos físicos do bairro Santa Maria encontram-se em estágio avançado de degradação, devido à desordenada ocupação. As áreas mais atingidas são o Morro do Avião e o Canal Santa Maria. Ambos os locais necessitam rapidamente de ações de revitalização (FRANÇA e NERI, 2002).

Até o final do século XIX, a economia na região onde hoje se localiza o bairro Santa Maria era rural. Na pesquisa *in loco*, constatou-se uma evolução na economia do bairro. Ela deixa de ser rural e passa a ser terciária.

Inicialmente, a região onde hoje se encontra o bairro Santa Maria era formado por sítios. Com a construção do Aeroporto Santa Maria, àquela época, os trabalhadores da obra sentiram a necessidade de morar nas imediações daquela área rural. A partir disso, começou a se concentrar ali uma nova comunidade. Logo após, foi implantado um modelo de habitação, incentivado pelo governo estadual, que construiu alguns conjuntos habitacionais para uma população de baixa renda ou às margens da linha da pobreza. Houve ainda incentivo por parte da Prefeitura de Aracaju, através do desfavelamento ocorrido nos últimos anos, concentrando famílias carentes naquela região.

No estudo de caso, foi observada uma migração que também contribuiu para a concentração populacional: cerca de 59% dos entrevistados informaram que vieram de outros bairros da capital; de outros Estados, vieram 22%; e do interior sergipano migraram 18%.

A falta de moradia é apontada pelos entrevistados como o principal motivo que os levaram a optar pelo bairro Santa Maria. Segundo eles, os altos valores dos aluguéis em outros logradouros os obrigaram a invadir áreas ao redor dos conjuntos habitacionais. Esse problema foi apontado por 64% das pessoas ouvidas.

3.1 ASPECTOS E INDICADORES DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL E SEUS REFLEXOS NA VIOLÊNCIA DO BAIRRO SANTA MARIA

A luta pelo solo no espaço urbano traz grandes conseqüências, principalmente se for feita de forma desordenada. Para que uma área seja ocupada, é necessário existir um planejamento urbano. Só assim estaria livre de problemas sociais e de infra-estrutura. Caso contrário, se as pessoas que migram para essas regiões forem de baixa renda, não ocuparem postos de trabalho nem possuírem condições mínimas de se manterem, é provável que surjam invasões, o que se caracteriza como ocupação desordenada do solo. O resultado disso não é bem visto pelos governantes, que se isentam da responsabilidade de assegurar infra-estrutura e qualidade de vida, e acabam por promover a segregação sócio-territorial daquela sociedade. Todos esses fatores contribuem para o aumento da violência no bairro Santa Maria.

3.1.1 PERFIL DOS MORADORES DO BAIRRO

A pesquisa realizada no bairro revelou a realidade de uma população sofrida e extremamente excluída pela maioria da sociedade e pelo poder público. A situação de miséria é latente. No Santa Maria, as famílias vivem amontoadas em pequenos casebres. A concentração de pessoas por residência é altíssima: 65,6% das famílias abrigam de 4 a 6 pessoas; 28,8%, de 1 a 3 indivíduos; famílias que possuem de 7 a 9 pessoas somam 4%; e 1,6% das famílias abrigam de 10 a 12 pessoas.

O elevado número de pessoas morando sob o mesmo teto nem de longe quer dizer que todos estejam empregados. É surpreendente o que foi relatado pelos entrevistados. Em 58,4% das residências, apenas 1 pessoa trabalha; em 20,8% das casas, só 2 pessoas têm

ocupação registrada; em 4,8% delas, 3 indivíduos possuem um emprego, e o que mais chamou atenção foi que em 15,2% das casas, nenhum indivíduo trabalha com carteira assinada, ou seja, dependem da informalidade para a sobrevivência.

Em decorrência do desemprego, os moradores do bairro Santa Maria são forçados a irem para o mercado informal de trabalho, fazendo bicos para poderem sustentar suas famílias. Como foi observado na pesquisa de campo, 32,8% das pessoas são autônomas, vivem na informalidade. Porém, os outros entrevistados exercem várias outras funções temporárias: 24% são pedreiros; 13,6% fazem serviços gerais; 11,2% são domésticas; 6,4% trabalham como vigilantes; mecânicos são 3,2%; motoristas também 3,2%; professores somam 3,2%; e os comerciantes contabilizam 2,4%.

O quadro exposto acima já demonstra como a renda familiar da maioria dos moradores do bairro Santa Maria beira a linha da pobreza. Das famílias entrevistadas, 7,2% não possuem renda alguma. Dos que trabalham 36% recebem menos de um salário mínimo por mês; 20,8% têm renda mensal de dois salários mínimos; e 7,2% das famílias ganham três salários mínimos ao mês.

Surpreendentemente, durante o trabalho de campo, constatou-se que, em grande parte das famílias entrevistadas, as mulheres possuem companheiros. Na maioria dos casos, são eles os provedores da casa, quem sustenta a família. Observe as seguintes estatísticas: 64,8% convivem com seu companheiro e 35,2% delas são chefes de família, não possuindo companheiros.

Há uma boa notícia em meio a tantos problemas. Nas entrevistas realizadas, percebeu-se uma considerável parcela de pessoas que estão em sala de aula. A pesquisa avaliou a quantidade de indivíduos por residência. Os dados são os seguintes: em 32,8% das residências, três ou mais pessoas estão freqüentando a escola; em 20,8% das casas, duas pessoas estão na sala de aula; 25,6% das famílias garantem pelo menos um integrante na

escola. Mas, como se trata de um bairro onde as carências estão em alta, um dado é bastante preocupante e desanimador: em 20,8% das residências, nenhum dos familiares está estudando.

A falta de acesso à escola e a deficiência na qualidade do ensino acabam por gerar resultados ainda mais alarmantes, a exemplo da baixa escolaridade, que se tornou quase uma regra naquele bairro. Prova disso são os dados conseguidos a partir da pesquisa. Observou-se que 66,4% das pessoas ouvidas estão matriculadas no ensino fundamental. No ensino médio, estão matriculados 20,8%. Fazendo cursos técnicos estão 1,6% dos ouvidos. Contabilizou-se que apenas 1,6% dos entrevistados estão cursando o ensino superior.

3.1.2 INDICADORES E (DES) QUALIDADE DE VIDA

A partir do perfil dos moradores do bairro Santa Maria, através dos dados e informações apresentados pela pesquisa de campo, é possível analisar os aspectos sócio-econômicos que predominam ali. A baixíssima renda mensal, já relatada anteriormente, é um dos indicadores das dificuldades pelas quais aquelas famílias estão acostumadas.

Falar em qualidade de vida para quem, muitas vezes, sequer tem o que comer, soa surreal. A péssima qualidade de vida no bairro Santa Maria é uma constante, pois os moradores estão submetidos a muitas dificuldades. Eles apontaram falta de infra-estrutura (37,9%) com uma das maiores problemáticas do bairro; segurança pública (26,4%); saúde (13,9%); desemprego (10,2%); falta de vagas nas escolas (7,3%); e transporte ineficiente (4,1%). Isso é um reflexo da falta de compromisso dos governantes sergipanos.

3.1.3 SISTEMA DE SEGURANÇA DO BAIRRO SANTA MARIA

É grande o grau de insatisfação dos moradores do bairro Santa Maria em relação à segurança pública naquela região. O estudo de campo identificou que 44% dos entrevistados avaliam o sistema como não satisfatório; 45,6% acham que a segurança no bairro satisfaz pouco; apenas 9,6% opinaram que a segurança pública satisfaz; e 0,8% acreditam que esse sistema satisfaz muito.

Dentro desse trabalho de campo, existem outros fatores de suma importância que contribuem para compreender a problemática da violência. Para a comunidade, o que determina e gera violência são os seguintes fatores: desemprego (33%); drogas (24,6%); falta de segurança (16%); discriminação (14%); falta de educação (11,4%); falta de estrutura familiar (4,4%); e falta de Deus (0,9%).

O resultado da violência se expressa em números aterradores. De acordo com a Delegacia de Homicídios, em 2004, foram notificados 28 assassinatos naquela área. No ano seguinte, foram contabilizados 24 homicídios. Só no primeiro semestre de 2006, a delegacia já registrou 15 assassinatos dolosos.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, recentemente, colocou naquela área uma companhia do Choque, um grupamento de repressão, com o objetivo de tentar reduzir a violência. No entanto, a pesquisa mostrou que a população não confia no atual sistema de segurança e ainda está temerosa. Apesar disso, a comunidade pretende continuar morando no bairro. Segundo a pesquisa, 69,6% preferem não sair do logradouro, enquanto que 30,4% gostariam de se mudar daquela localidade. A razão para a permanência é óbvia: os moradores não têm para onde ir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se observa a ocupação do espaço urbano, percebe-se que tanto problemas sociais quanto de falta de infra-estrutura surgem como reflexo, já que o espaço é condicionante e reflexo social. A situação piora quando tal ocupação é feita de forma desordenada, a exemplo do que ocorre no bairro Santa Maria.

Portanto, a urbanização voltada para as melhorias dos indicadores sociais de todo o bairro torna-se uma necessidade urgente. Isso porque a insuficiência de infra-estrutura incide em quase todas as ruas do bairro, atingindo, principalmente, a população envolvida, que apresenta condições sócio-econômicas deficientes. De fato, a área é ocupada de forma desordenada por uma população de baixa renda que reside em conjuntos habitacionais de qualidade inferior ou em habitações subnormais.

A comunidade apresenta grandes carências, que vão desde a escolarização ineficaz à falta de segurança pública, salários baixíssimos, subemprego e desemprego. Este contexto não é bem visto pelos governantes, que se isentam da responsabilidade de assegurar uma boa qualidade de vida e acabam por promover a segregação sócio-territorial daquela sociedade.

Todos esses fatores contribuem para o aumento da violência no bairro Santa Maria. Porém, a situação não vai ser resolvida através da repressão policial, como indicam as diversas estratégias do poder público e sim através de medidas sociais, em busca de uma melhor qualidade de vida.

Dentro da pesquisa realizada, surgiu um novo contexto social que reforça os aspectos da segregação, uma vez que os moradores do bairro Santa Maria são discriminados em diversos momentos e localidades, sejam para a inclusão no mercado de trabalho, seja para exercer algum elemento da cidadania.

Diante do contexto da pesquisa ficou evidenciado que os indicadores e aspectos da (des) qualidade de vida apontam e reforçam para o aumento da violência nas diversas formas de atuação, bem como refletem no processo de segregação sócio-territorial.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Vera Lúcia; NERI, Gilson Luiz Teixeira. **Relatório Ambiental da Reurbanização do Bairro Santa Maria**. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2002.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos (orgs) **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1996.

APÊNDICE

Tabela 1

De onde veio? Por que veio morar no bairro Santa Maria?

Localidade / motivo	F.A	%
Interior	23	18,40
Outro estado	28	22,40
Aracaju	74	59,20
Total	125	100,00
Motivo	F.A	%

Aluguel	80	64,00
Outros	45	36,00
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 2

Habitantes por residência

N° de habitantes	F.A	%
1 à 3	36	28,80
4 à 6	82	65,60
7à 9	05	4,00
10 à 12	02	1,60
Acima de 12	-	-
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 3

Quantos trabalham?

Trabalham	F.A	%
01 pessoa	73	58,40
02 pessoas	26	20,80

03 pessoas	06	4,80
04 ou mais	01	0,80
Nenhuma	19	15,20
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 4

Função que exerce

Função que exerce	F.A	%
Vigilante	08	6,40
Pedreiro	30	24,00
Doméstico	14	11,20
Serviços gerais	17	13,60
Mecânico	04	3,20
Motorista	04	3,20
Comerciante	03	2,40
Professor	04	3,20
Autônomo	33	26,40
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 5

Quantos estudam?

Estudam	F.A	%
01 pessoa	23	25,60
02 pessoas	26	20,80
03 ou mais pessoas	41	32,80
Nenhuma	26	20,80
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 6

Estudam o quê?

Nível de Ensino	F.A	%
Fundamental	23	25,60
Médio	26	20,80
Técnico	02	1,60
Superior	02	1,60
Não Estudam	12	9,60
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 7

Moram com o companheiro?

Companheiro	F.A	%
Tem	81	64,80
Não tem	44	35,20
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 8

Faixa de renda?

Renda familiar	F.A	%
Menos de um salário	45	36,00
01 salário	36	28,00
02 salário	26	20,80
03 ou mais	09	7,20
Sem renda	09	7,20
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 9

Dificuldades encontradas no bairro Santa Maria

Dificuldades	F.A	%
Segurança	64	26,44
Infra-estrutura	92	37,92

Escola	15	7,35
Saúde	34	13,94
Transporte	10	4,10
Emprego	25	10,25
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 10

Análise do sistema de segurança no bairro Santa Maria

Segurança	F.A	%
Não satisfaz	55	44,00
Satisfaz pouco	57	45,60
Satisfaz	12	9,60
Satisfaz muito	01	0,80
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 11

Pretende continuar no bairro?

Pretende	F.A	%
Sim	87	69,60
Não	38	30,40
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)

Tabela 12

O que gera a violência na comunidade?

Fatores	F.A	%
Desemprego	55	33,00
Drogas	41	24,60
Falta de segurança	25	16,00
Falta de educação	19	11,40
Estrutura familiar	04	2,40
Discriminação	20	12,00
Falta de Deus	01	0,60
Total	125	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2006)



Fonte: Carlos e Alessandro



Fonte: Carlos e Alessandro



Fonte: Carlos e Alessandro



Fonte: Carlos e Alessandro



Fonte: Carlos e Alessandro



Fonte: Carlos e Alessandro



Fonte: Carlos e Alessandro



Fonte: Carlos e Alessandro



Fonte: Carlos e Alessandro